



# Boletim Conjuntural Outubro | 2020

## 1. CONJUNTURA NACIONAL

Nas últimas edições do Boletim Conjuntural Comércio Varejista e dos Serviços, têm tido destaque os efeitos da pandemia sobre uma economia que já completa uma década de estagnação, recessão e lento crescimento. Trata-se de uma crise sanitária que continua ativa, com significativos impactos negativos sobre a socioeconomia mundial, com expressivos danos também para o Brasil. A preocupação aumenta pelo fato de que em alguns territórios – entre os quais Europa – já se convive com a segunda onda da COVID-19. Ou seja, países que conseguiram praticamente chegar a baixos patamares de novas contaminações e óbitos, mas que voltaram a conviver com elevadas taxas de infecções e mortes. No caso do Brasil, todavia, ainda não se conseguiu reduzir o nível de contaminação e mortes para níveis insignificantes. Mesmo saindo-se da casa de mil óbitos/dia, no Brasil continuam morrendo mais de 400 pessoas diariamente, por infecção do novo Coronavírus. Sequer superou-se a primeira onda. Por outro lado, com a abertura da economia e o relaxamento das regras de distanciamento, há preocupação de que a primeira onda volte a apresentar níveis mais altos de infecções e óbitos. Já são quase 160 mil mortos no país, e, em breve, atingir-se-á o patamar de seis milhões de infectados.

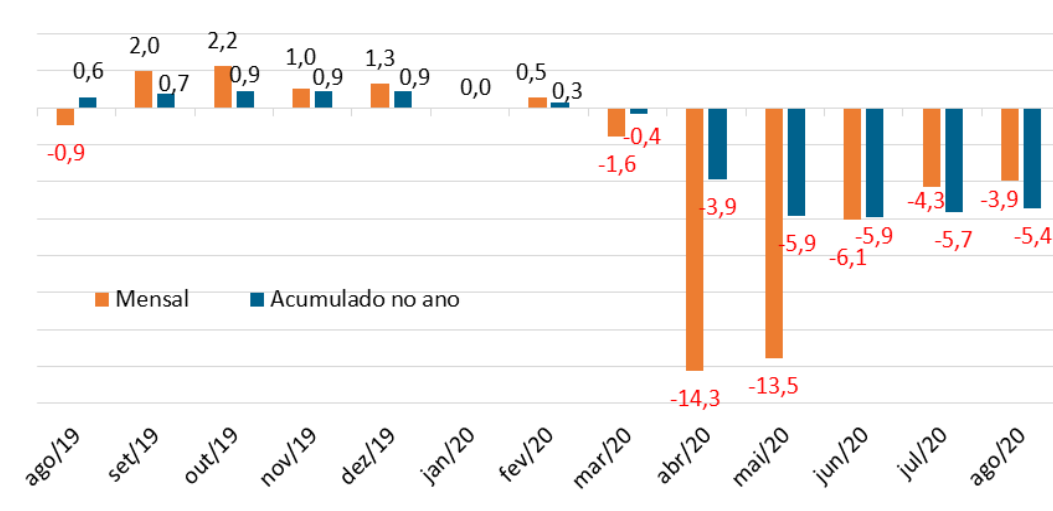
Expressivos números – apenas superados pelos EUA –, com potencial de gerar fortes Impactos sociais e econômicos. E com possível agravamento da situação econômica, certamente haverá necessidade de muito maior esforço na direção de recuperar o enfraquecido sistema produtivo brasileiro. O forte agravamento da situação fiscal do Brasil, mesmo relacionado com medidas mitigadoras e necessárias para combater efeitos negativos sobre a população brasileira mais desprotegida, traz dificuldades para o processo de recuperação econômica. Adicione-se o grande endividamento das empresas e o fato de que a taxa de investimento no Brasil deverá cair pela primeira vez desde os anos 1980 – conforme estudo da Fundação Getúlio Vargas<sup>1</sup>, o declínio deverá ser de 2,2% ao ano entre 2011 e 2020. Portanto, não há como desconsiderar que serão significativos os obstáculos a uma recuperação sustentada da economia nacional.

Em tal cenário, considerando-se o Índice de Atividade Econômica (IBC/BR), do Banco Central – que serve como antecipação do PIB – nota-se que o declínio acumulado da economia brasileira nos primeiros oito meses (janeiro-agosto) de 2020 será em torno de 5,4%, em comparação com o mesmo período de 2019, conforme pode ser visto

<sup>1</sup> Estudo elaborado por economistas do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), conforme <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/25/investimento-no-brasil-caira-na-decada-pela-1a-vez-desde-os-anos-80-aponta-estudo.ghml> [Acesso em 28 10 2020].

no Gráfico 1. Registre-se, no entanto, que o indicador também revela desaceleração de intensidade na retração nos dois últimos meses. De fato, em maio e junho o índice acumulado sinalizava para uma redução de -5,9%, em julho e -5,4% em agosto. Além disso, o último Boletim Focus do Banco Central (23/10/2020) traz estimativa de queda do PIB, em 2020, de --4,81%; bem abaixo de previsões anteriores. O FMI também diminuiu substancialmente a expectativa de queda do PIB brasileiro em 2020 – que passou de -9,1% para -5,8%. De toda forma, retração expressiva para uma economia que já vinha com um desempenho bastante insatisfatório. A melhora das expectativas tem por base essencial os efeitos positivos sobre a economia nacional provocados pelo pagamento de auxílios emergenciais destinados a desempregados, desalentados, microempreendedores individuais etc. Papel similar também coube à liberação de saques do FGTS e, ademais, à suspensão do contrato de trabalho com redução proporcional de jornada e salários. Tais fatores contribuíram para que houvesse um crescimento do consumo das famílias, principalmente em regiões mais pobres, a exemplo do Norte e Nordeste. Contudo, reitere-se que são medidas com elevado custo fiscal, que exigirão gestão financeira eficiente de longo prazo. Ou seja, o país vai necessitar de adequada governança econômica e política, de modo a recuperar a posição do Brasil como receptor de investimento externo, sendo também relevante a sinalização – para agentes econômicos nacionais e estrangeiros – da existência de um ambiente de segurança jurídica e de redução da percepção de risco associada a investimentos no País. Ademais, torna-se imprescindível as reformas de estado, que não agravem desigualdades nem perpetuem privilégios – seja de segmentos empresariais, seja de certos estamentos sociais – e melhorem o ambiente de negócios. Por certo, não será tarefa fácil e as incertezas são justificáveis, sem falar que o país já antecipa um ambiente político de extremada polarização, associado à próxima eleição presidencial.

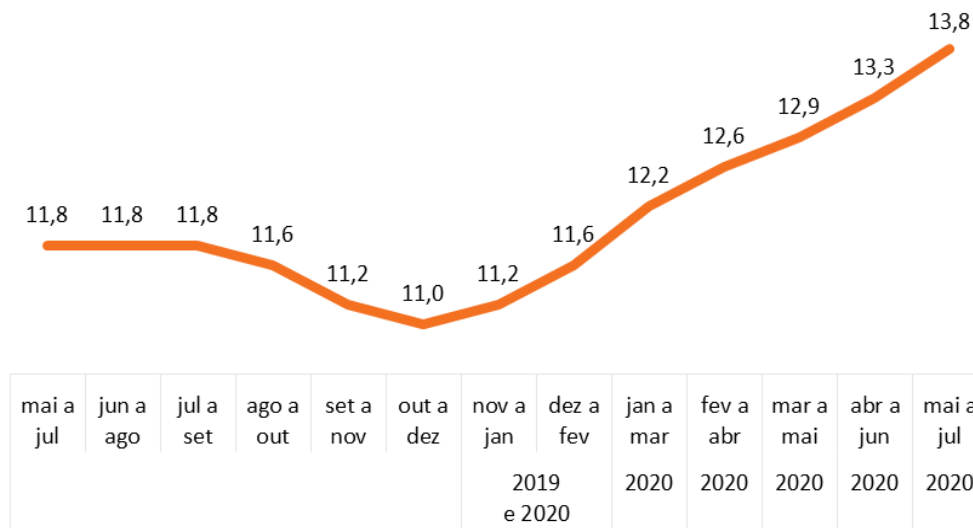
Gráfico 1. Brasil: taxa (%) de variação (mensal e acumulada no ano), do índice de atividade econômica (IBC-BA) – agosto/2019 a agosto/2020 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração Ceplan Multi.

Esse recorrente estado de crise social e econômica permanece trazendo intensos efeitos negativos sobre o mercado de trabalho, corroendo emprego e rendimentos. As informações do IBGE (PNAD Contínua) não deixam dúvidas: a força de trabalho, que no trimestre encerrado em julho do ano passado era formada por 106,2 milhões de pessoas, declina para 95,2 milhões no mesmo período de 2020. Portanto, São 11,0 milhões de indivíduos que deixaram a população economicamente ativa; significativa ampliação dos não-ocupados que desistiram de buscar um lugar no mercado de trabalho. Por outro lado, o contingente de pessoas ocupadas (93,6 milhões) foi reduzido para 82,0 milhões; redução ainda mais forte (11,6 milhões de pessoas). Ademais, a taxa de desemprego aberto aumenta para 13,8%, quando em 2019 era de 11,8% (dois pontos percentuais a mais) – a mais alta dos últimos anos (Gráfico 2). Em termos absolutos, são 13,1 milhões de pessoas em busca de uma ocupação formal ou informal. E não fosse a retração observada da força de trabalho – com grande contingente de pessoas que deixaram de procurar trabalho –, o contingente de desocupados seria muito maior.

Gráfico 2. Brasil: taxa (%) de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade (média móvel trimestral) – mai-jun-jul/2019 a mai-jun-jul/2020



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: Considera a média móvel trimestral do universo das pessoas de 14 anos ou mais desocupadas e na força de trabalho, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

Quando se particulariza o segmento formal do mercado de trabalho (Tabela 1), observa-se que o resultado acumulado no ano (até julho) de 2020 traz saldo negativo, entre admissões e demissões, de -1.092.578 postos de trabalho, conforme dados do Ministério do Trabalho/CAGED. Destacam-se os seguintes segmentos: comércio, incluindo veículos e motocicletas (-453.405); alojamento e alimentação (-329.713); e indústria de transformação (-194.096). Por outro lado, apenas quatro grupos de atividades registraram saldo positivo de empregos formais no acumulado deste ano: agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (86.217), saúde humana e serviços sociais (57.074), administração pública, defesa e seguridade social (13.623), e Construção (8.742). Importante ser observado, todavia, que o mês de julho deste ano trouxe aumento líquido de mais de 131 mil postos de trabalho, no segmento formal, possivelmente refletindo a ampliação do consumo de famílias receptoras do auxílio governamental, e também da liberação de recursos do FGTS, além da liberação gradual da demanda reprimida por conta de restrições sobre atividades econômicas.

Esses fatos devem ter contribuído para melhor desempenho de alguns ramos de atividade econômica, com a consequente admissão de novos empregados, que retornaram para preencher parte do grande número de postos de trabalho que haviam sido destruídos pela crise sanitária.

**Tabela 1 - Brasil: saldo mensal e acumulado do ano da movimentação do emprego formal - julho/2020**

Grupamento de atividades	Julho/2020	Acumulado
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	23.027	86.217
Indústria de transformação	53.068	-194.096
Outras indústrias	522	-3.447
Construção	41.986	8.742
Comércio, incluindo veículos, automotores e motocicletas	28.383	-453.405
Transporte, armazenagem e correio	-3.221	-92.941
Alojamento e alimentação	-24.949	-329.713
Informação e comunicação	4.405	-4.560
Atividades profissionais, científicas e técnicas	5.978	-14.586
Atividades administrativas e serviços complementares	11.027	-97.179
Administração pública, defesa e seguridade social	-474	13.623
Educação	-19.010	-7.865
Saúde humana e serviços sociais	13.649	57.074
Artes, cultura, esporte e recreação	-2.634	-29.219
Outros serviços	-719	-31.126
Não identificado	-28	-97
<b>Total</b>	<b>131.010</b>	<b>-1.092.578</b>

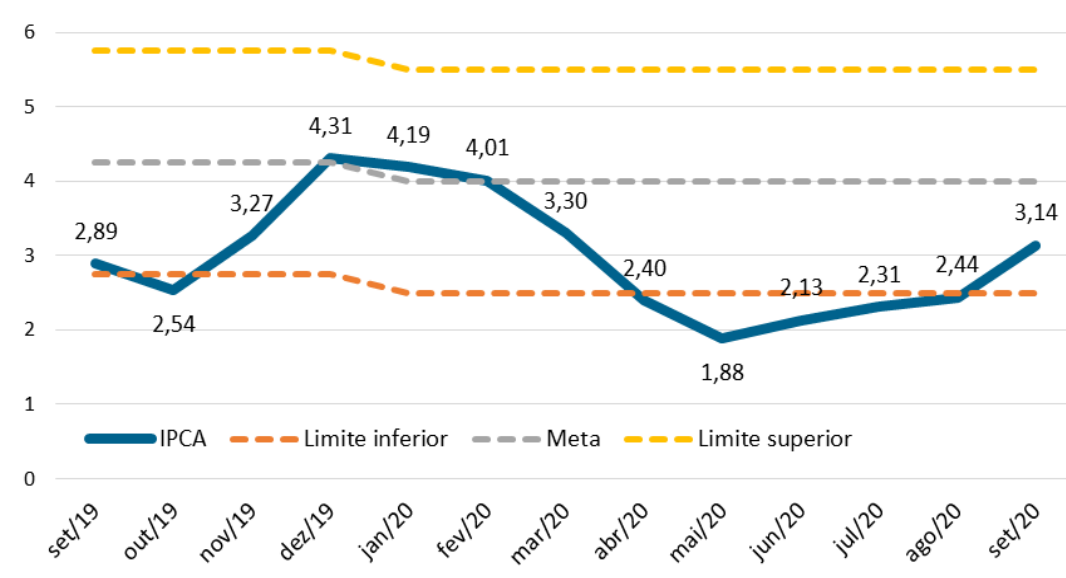
Fonte: Novo Caged/MTE.

(\*) Não inclui as informações declaradas fora do prazo.

Agora introduzindo-se outro parâmetro básico de caracterização da conjuntura econômica, a inflação. Observe-se que o indicador oficial de inflação (IPCA, Índice de Preços ao Consumidor Amplo), acumulado em 12 meses (Gráfico 3), atingiu 3,14% no mês de setembro de 2020, mantendo, assim, ritmo acelerado: quarta alta mensal seguida. Contudo, ainda permanece abaixo do centro da meta estabelecida pelo BACEN (4,0%), mas acima do limite inferior (2,5%), depois de cinco meses abaixo desse patamar. Ademais, a referida edição do Relatório Focus também traz estimativa de 2,99% para o IPCA no final deste ano. Estimativa já bem acima do piso da meta; o que consolida expressiva elevação, que se processa desde junho, quando tal estimativa estava no mínimo deste ano (1,53% – Relatório Focus de 05/06/2020). E o IPCA-15 – apurado do dia 16 do mês anterior até o dia 15 do mês seguinte, servindo de prévia do IPCA deste mês – revelou elevação mensal de 0,94% (maior alta para o mês de outubro, em 25 anos). Portanto, já há motivos de preocupação.

De qualquer forma, o mais recente Relatório Focus, já referido, mantém previsão de que 2020 deve se encerrar com a taxa básica de juros da economia (Selic) de 2,0%, portanto a mais baixa da história. Assim haveria, em princípio, um fator de estímulo ao investimento produtivo (via menor custo do capital financeiro) e ao consumo das famílias (via redução do custo de operações de crédito – embora decorrente redução de juros, na ponta, não tenha lugar tão prontamente). Além disso, permanece menor pressão sobre a carga de juros da dívida pública, reduzindo o crescimento do déficit nominal. Enquanto este último efeito é decorrência imediata de reduzida taxa básica de juros, ampliação do investimento também depende de expectativas dos agentes a respeito do futuro próximo, para o que contribuem diversos fatores – entre os quais estabilidade política e crença a respeito da capacidade governamental de avançar em reformas institucionais que tragam melhor ambiente de negócios. Contudo, é importante observar-se com bastante cuidado até onde vai o folego da atual trajetória de alta dos preços.

Gráfico 3. Brasil: IPCA acumulado em 12 meses, em % - setembro/2019 a setembro/2020

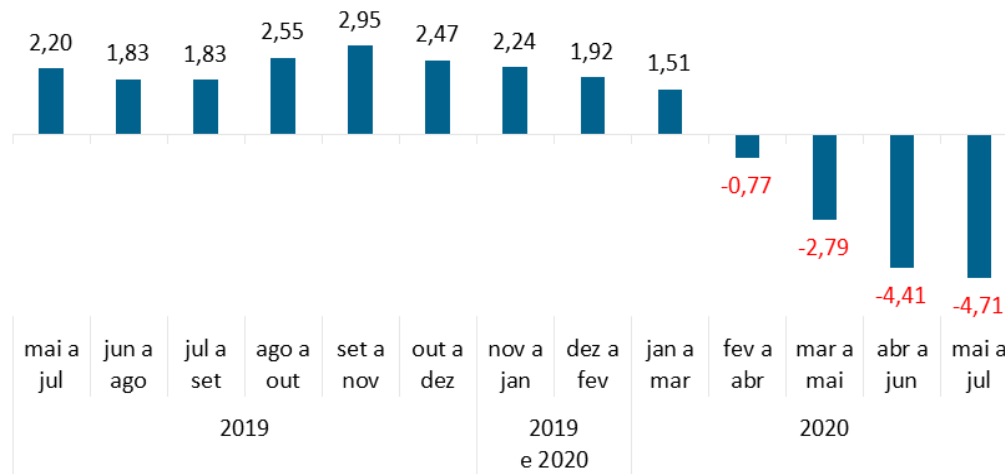


Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Em decorrência de tal conjuntura econômica, o mercado naturalmente vem a sofrer maior deterioração. Assim, redução do contingente de pessoas ocupadas e elevação do nível de desemprego aprofundam o declínio da massa real de salários. O impacto negativo sobre a renda familiar é elo de efeitos que afeta, via redução da renda familiar, o desempenho do varejo e da prestação de serviços. A massa de rendimentos, no trimestre encerrado em julho de 2020, apresenta redução de -4,71%, tendo-se por base o mesmo período de 2019. Trata-se de um indicador econômico que vem perdendo ritmo desde o trimestre encerrado em novembro do ano passado, mesmo mantendo crescimento positivo, chegando a alcançar, naquele trimestre, crescimento real de 2,95%. Nos trimestres móveis terminados nos meses seguintes, a trajetória foi de crescimento real decrescente, até sofrer redução a partir de abril, o que se aprofunda nos trimestres encerrados em meses subsequentes: 2,47% no trimestre encerrado em dezembro de 2019; 2,24% em janeiro de 2020; 1,92% em fevereiro; 1,51% em março; -0,77% em abril; -2,79% em maio; -4,41% em junho e, finalmente, -4,71% em julho.



**Gráfico 4. Brasil: variação real da massa de rendimentos do trabalho (média móvel trimestral) das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas, em %, mai-jun-jul/2019 ao mai-jun-jul/2020 (base: mesmo período do ano anterior)**



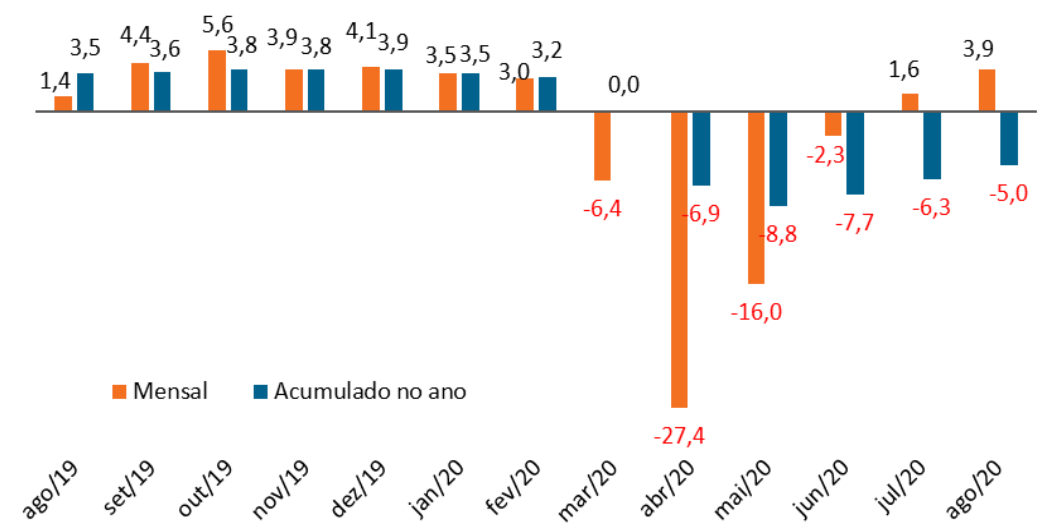
Fonte: IBGE. Elaboração Ceplan Multi. Nota: O indicador é a média móvel trimestral da massa de rendimentos recebida em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais ocupadas e com rendimento de trabalho; é calculada considerando-se o mês de referência, em cada divulgação, como limite superior. Os valores da série são corrigidos mensalmente por uso do deflator (IPCA) do mês intermediário.

## VAREJO DIMINUI INTENSIDADE DE QUEDA ANUAL, COM DESEMPENHOS MENSIS POSITIVOS

Esta seção contempla informações sobre o comércio varejista brasileiro – consideradas duas abordagens, conforme sistematização na base de dados do IBGE: varejo (restrito), como usualmente se entende por esse segmento da economia, e varejo ampliado. O Gráfico 5 traz números a respeito dos indicadores – mensal e acumulado do ano – do volume de vendas do varejo ampliado, agregado que resulta do acréscimo de ‘veículos, motocicletas, partes e peças’ e ‘materiais de construção’ ao conjunto de segmentos que compõem o comércio varejista propriamente dito. Analogamente, vê-se – no Gráfico 6 – a trajetória mensal e o indicador acumulado do varejo restrito.

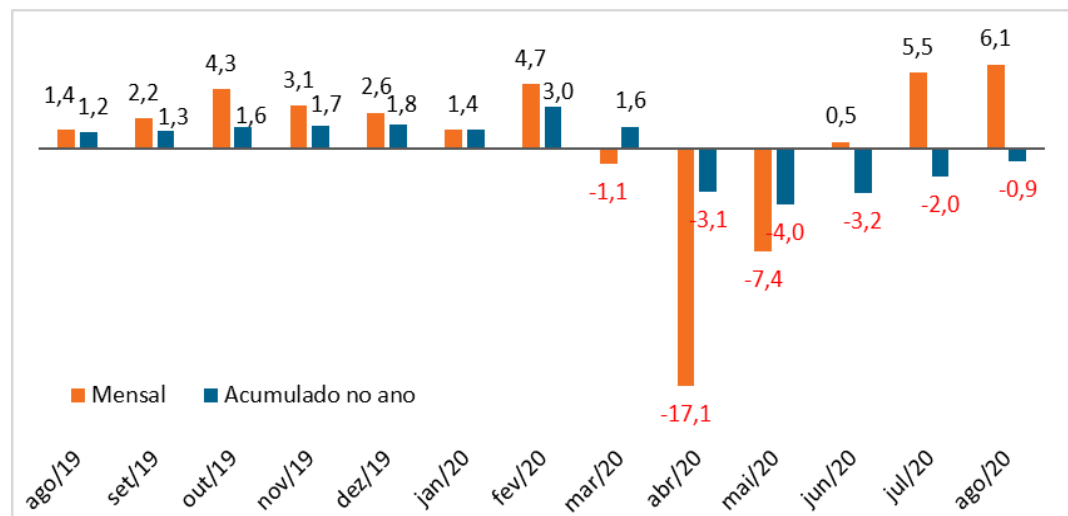
O volume de vendas do varejo ampliado (Gráfico 5), no resultado acumulado do ano (janeiro-agosto) de 2020, tendo-se por base igual período de 2019, apresenta expressiva queda (-5,0%), acompanhando de perto o declínio observado para o conjunto da economia. Apesar da queda, registre-se que há um arrefecimento da retração nos três últimos meses: -8,8% em maio, -7,7% em junho, -6,3% em julho, e -5,0% em agosto. A principal causa desse resultado é a convivência com o novo Coronavírus a partir da segunda metade do mês de março, com decréscimo importante na grande maioria das atividades econômicas, por conta das medidas de afastamento social. Entretanto, com reabertura da economia e aumento do consumo, por conta especialmente do auxílio emergencial, a economia vem recuperando parte das perdas. Tanto é que o indicador mensal de agosto, tendo-se por base o mesmo mês do ano anterior, apresenta significativa variação positiva (+3,9%) no volume de vendas do varejo ampliado nacional.

**Gráfico 5. Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de vendas do Varejo Ampliado, em % – agosto/2019 a agosto/2020 (base: mesmo período no ano anterior)**



Em relação ao desempenho do varejo restrito – não considerados os segmentos de veículos e de material de construção – o desempenho no decorrer do período de pandemia é menos ruim do que o observado para o varejo ampliado. De fato, além de registrar variações mensais negativas menos intensas, o varejo restrito já mostra um desempenho acumulado no ano (janeiro-agosto) apenas levemente negativo (-0,9%), praticamente voltando ao nível de vendas observado no mesmo período do ano passado. Por outro lado, os resultados mensais já são positivos e crescentes há três meses: junho, 0,5%; julho, 5,5%; e agosto, 6,1%. A retração mais forte do varejo ampliado, em comparação com o restrito, é explicada pela influência negativa do segmento de automóveis, que tem forte peso no varejo ampliado e, no período considerado, sofre decréscimo no volume de vendas superior ao observado para o conjunto do segmento varejista.

**Gráfico 6. Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de vendas do Comércio Varejista, em % agosto/2019 a agosto/2020 (base: mesmo período no ano anterior)**

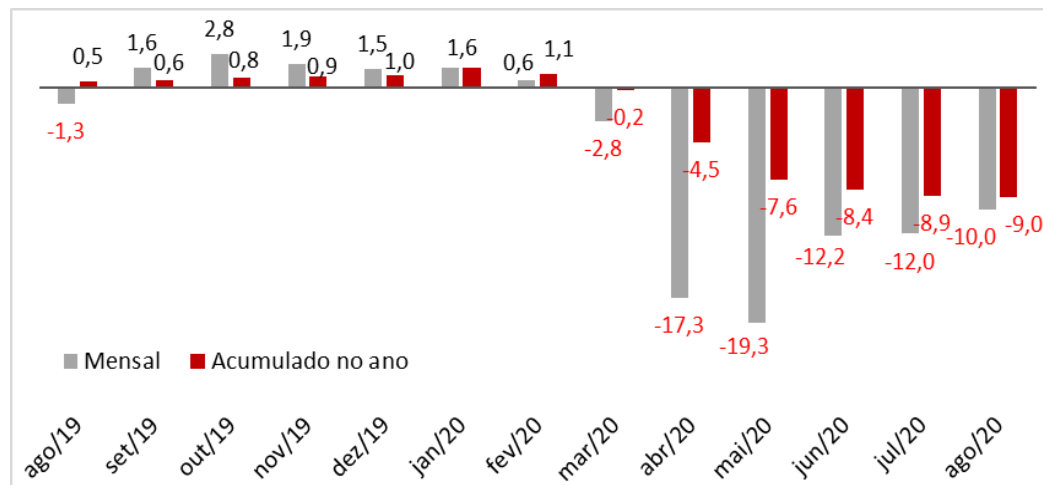


Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

## SERVIÇOS MANTÉM FORTE RETRAÇÃO TANTO NO DESEMPENHO ANUAL QUANTO NO MENSAL

O desempenho do setor de prestação de serviços tem sido bem inferior ao registrado para o segmento do varejo. Com efeito, o volume de vendas no acumulado do ano, em comparação com o mesmo período de 2019, ainda apresenta desempenho fortemente negativo (-9,0%), retração significativamente superior à registrada para a economia como um todo. Ademais, os resultados mensais, no período sob influência do novo Coronavírus, são de declínio muito acentuado (sempre acima de dois dígitos): -17,3% em abril, -19,3% em maio, -12,2% em junho, -12,0% em julho, e -10,0% em julho – como ilustrado no Gráfico 7. Em suma, o segmento de prestação de serviços continua enfrentando grande dificuldade mesmo com redução de restrições ao funcionamento das atividades econômicas. Uma situação esperada, tendo-se em vista que a prestação de serviços naturalmente envolve maior aglomeração social e, portanto, sofre protocolos mais rígidos do que a maioria dos segmentos do varejo.

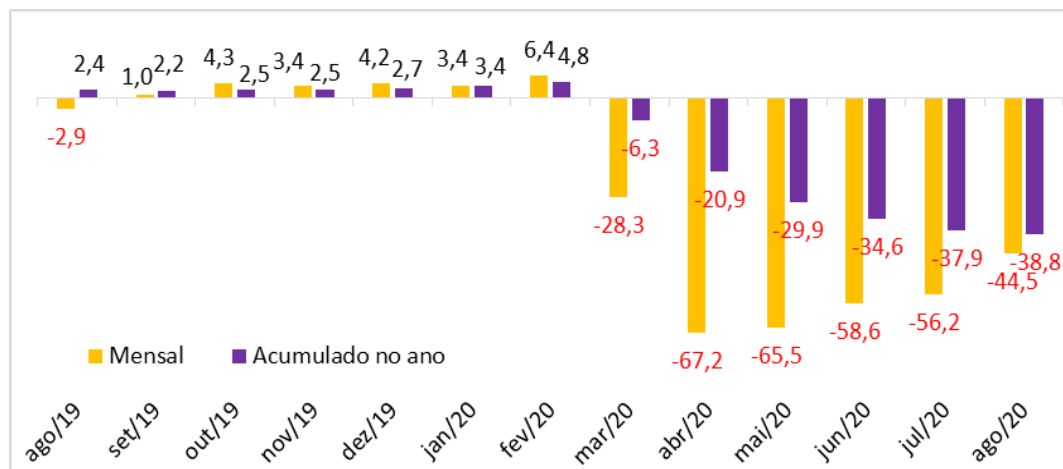
**Gráfico 7. Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de Serviços, em % – agosto/2019 a agosto/2020**



## TURISMO: MANTÉM-SE COMO SEGMENTO MAIS FORTEMENTE ATINGIDO PELA PANDEMIA

O segmento de Turismo – específico conjunto de atividades que, no âmbito de Serviços, tem significativa relevância e, como tal, é aqui particularizado – sofre retração bem mais acentuada do que as registradas para o varejo e até mesmo superior ao declínio observado no setor de serviços como um todo, conforme pode ser visto no Gráfico 8. Sabe-se que o setor de turismo engloba segmentos de transportes diversos, hotéis, restaurantes, etc., todos fortemente impactados por medidas de combate à pandemia. Em decorrência, as variações mensais negativas do volume de prestação de serviços desse segmento – cotejo com iguais meses de 2019 – são bem mais intensas do que as registradas tanto para o comércio varejista quanto para o conjunto das atividades do setor de prestação de serviços: em abril -67,2%, maio -65,6%, junho -58,6%, julho -56,2%, e em agosto -44,5%. São desempenhos mensais que explicam a extraordinária intensidade no declínio do volume de prestação de serviços de turismo no resultado acumulado de 2020 (-38,8%).

**Gráfico 8. Variação mensal e variação acumulada no ano do volume de serviços nas Atividades Turísticas, em % – agosto/2019 a agosto/2020**



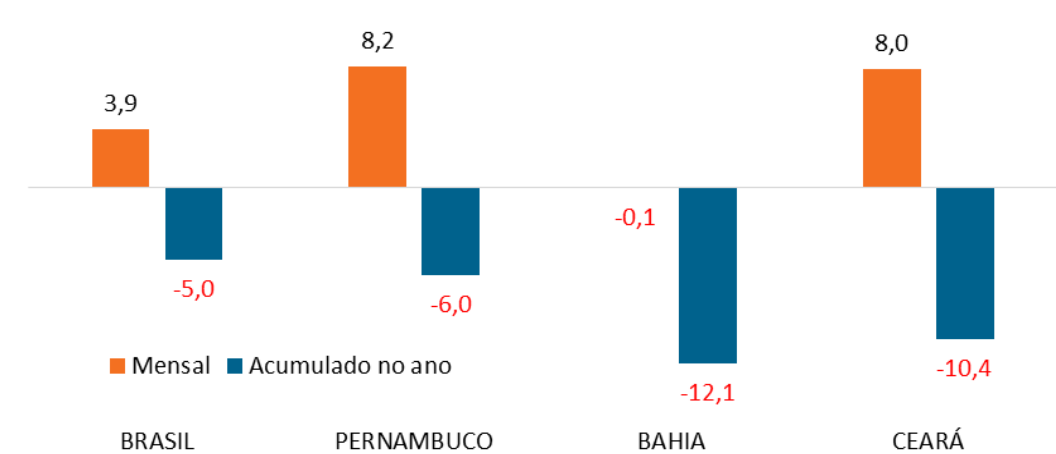
Em síntese, os indicadores relativos ao volume de vendas, tanto do comércio varejista quanto do referente a prestação de serviços – especialmente turismo – são fortemente impactados negativamente pela pandemia. Contudo, é observada uma melhoria do desempenho do varejo, especialmente no restrito, que não inclui os segmentos de veículos e o de material de construção. Todavia, esse movimento de relativa melhoria no setor de prestação de serviços, principalmente no segmento de turismo, ainda é incipiente.

## 2. COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS EM AGOSTO DE 2020: PERNAMBUCO NO CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL

Nesta seção incorporam-se à análise informações que permitem se contextualizar o desempenho do comércio varejista e da prestação de serviços em Pernambuco, estabelecendo-se comparações com indicadores referentes ao país e aos estados economicamente mais expressivos da região Nordeste. Informações básicas para o mês de julho de 2020 são apresentadas nos Gráficos 9 e 10: indicador mensal e desempenho observado no resultado acumulado do ano (janeiro-agosto) de 2020.

O varejo ampliado pernambucano – conforme o indicador mensal – revela o melhor desempenho no âmbito dos territórios considerados no Boletim (Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará). De fato, o varejo ampliado, em Pernambuco, cresce 8,2% no mês de agosto. Portanto, resultado bem mais expressivo do que o observado para a média do país (3,9%). Ademais, muito superior ao desempenho da Bahia (-0,1%), e, levemente acima ao do Ceará (8,0%). Por outro lado, em relação ao desempenho acumulado do ano, o volume de vendas em Pernambuco segue registrando retração (-6,0%), enquanto no varejo ampliado do país também ocorre declínio, embora um pouco inferior (-5,0%). No contexto regional, a Bahia e o Ceará revelam quedas ainda mais acentuadas do que Pernambuco, no resultado acumulado do ano: Bahia (-12,1%), e Ceará (-10,4%).

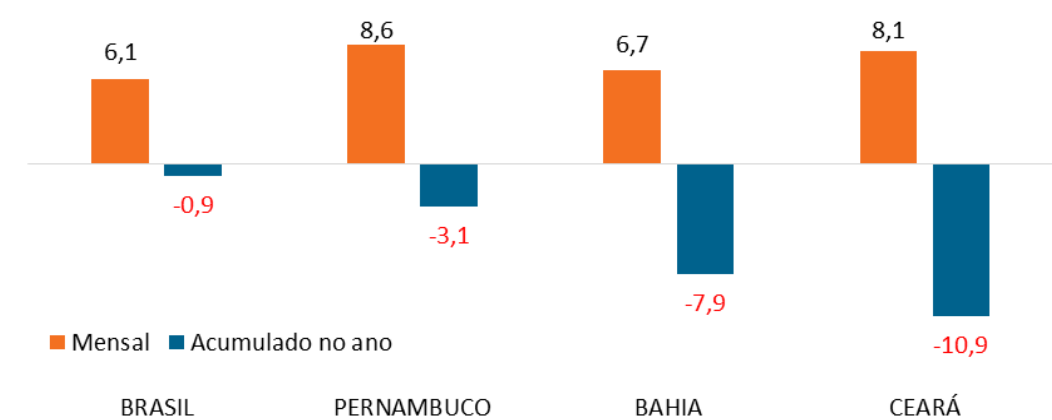
Gráfico 9. Brasil, PE, BA e CE: taxa (%) de variação (mensal e acumulada no ano) do volume de vendas Varejo Ampliado – agosto/2020 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

No que se refere ao desempenho do varejo restrito, o panorama é semelhante, tanto no que diz respeito ao desempenho do volume de vendas no mês de agosto, quanto no que se refere ao resultado acumulado do ano. O indicador mensal mostra forte variação positiva em Pernambuco no mês de agosto (8,6%), versus crescimento de 6,1% no país. De forma análoga ao que se vê no varejo ampliado, o crescimento do volume de vendas no Ceará (8,1%), assim como Bahia (6,7%) é menor que o observado em Pernambuco. Quanto ao índice acumulado, em Pernambuco se observa redução de -3,1%, enquanto no país há declínio de apenas -0,9%. Em termos regionais, os resultados também vão na mesma direção do referido para o comércio varejista ampliado: a Bahia e o Ceará continuam revelando impacto negativo mais forte, comparativamente a Pernambuco. Bahia: -7,9%, e o Ceará -10,9%.

Gráfico 10. Brasil, PE, BA e CE: taxa (%) de variação (mensal e acumulada no ano) do volume de vendas no Comércio Varejista – agosto/2020 (base: mesmo período do ano anterior)

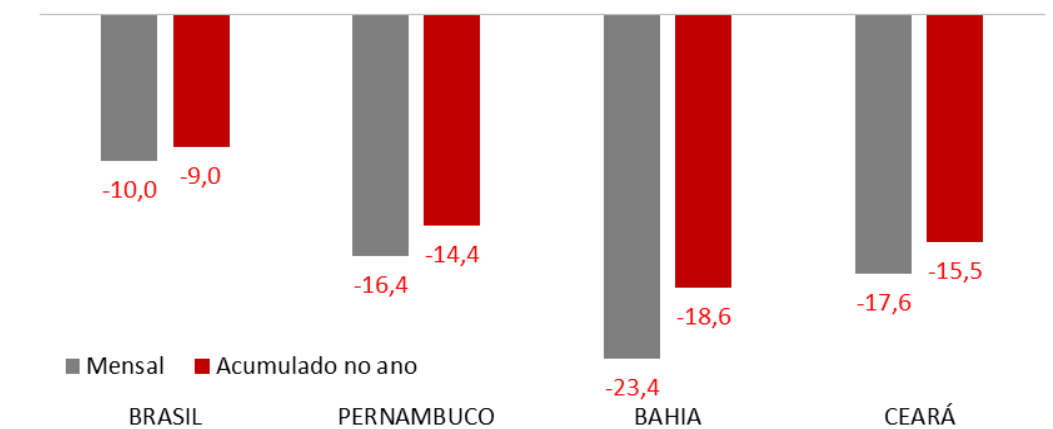


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

No que se refere ao setor de serviços, o desempenho de Pernambuco, conforme apresentado no Gráfico 11, é fortemente negativo: -16,4% em agosto de 2020, em relação a agosto de 2019; e -14,4% no resultado acumulado deste ano – tendo-se por base igual período de 2019. Por outro lado, o comportamento registrado no setor de serviços do país é de variação também negativa, porém, menos intensa: -10,0% e -9,0% – respectivamente no mês de agosto e no acumulado do ano. Em termos regionais, repete-se o observado para o comércio varejista. Os efeitos negativos decorrentes da pandemia são ainda mais intensos nos resultados registrados para os dois outros estados do Nordeste considerados na análise: Bahia -23,4% em agosto, e -18,6% no acumulado do ano; e o Ceará -17,6% em agosto, e -15,5% no acumulado do ano. Portanto, no segmento de prestação de serviços, os impactos negativos são mais significativos nos estados considerados no Boletim, em comparação com o que ocorre no território nacional como um todo. Mesmo assim, Pernambuco mantém, tanto no varejo quanto na prestação de serviços, situação menos desfavorável do que as verificadas nos estados da Bahia e do Ceará. E, no varejo, tanto ampliado quanto restrito, o desempenho de Pernambuco é até melhor do que o do país, no que diz respeito ao resultado mensal de agosto.



Gráfico 11. Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: taxa (%) de variação (mensal e acumulada no ano) do volume de serviços – agosto/2020 (base: mesmo período do ano anterior)

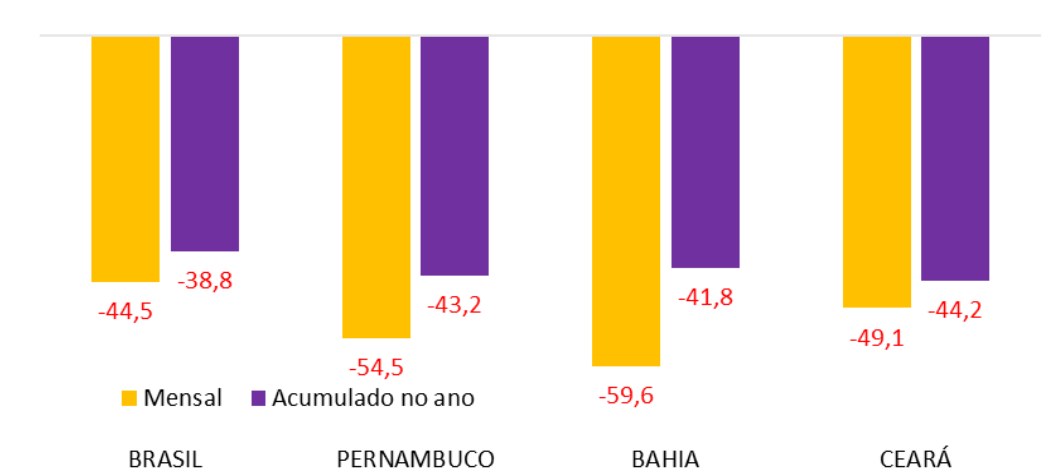


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Por fim, considere-se o segmento de Turismo, mantida a contraposição entre Pernambuco e os outros dois estados nordestinos em destaque. As informações pertinentes são sistematizadas no Gráfico 12, mantido o procedimento usual, envolvendo os indicadores do volume de atividades turísticas (mensal e acumulado do ano), tendo-se como referências espaciais os mesmos estados nordestinos destacados e o país. Reitere-se que o segmento de turismo tem sido mais fortemente atingido pela pandemia porque as atividades que compõem esse setor (transportes diversos, hotéis e restaurantes) constituem – pelo amplo e intenso fluxo de pessoas que utilizam esses serviços – espaços com maior probabilidade de contaminação pelo Coronavírus, por isso sendo visto com maiores reservas pelos usuários. Ademais, considerem-se dificuldades concernentes ao movimento de turistas, especialmente os provenientes de outros países.

O desempenho de Pernambuco no segmento de atividades turísticas é fortemente negativo no resultado de agosto de 2020, em comparação com agosto de 2019: -54,5%. Isso, em um cenário em que o país como um todo também sofre – em tais atividades – significativo declínio (-44,5%). Em termos regionais, os dados revelam retração de grande intensidade, no mês de agosto: Ceará (-49,1%) e Bahia (-59,6%). Em relação ao desempenho acumulado do ano (janeiro-agosto de 2020) – cotejo com mesmo período de 2019 – observa-se que o segmento de turismo pernambucano revela resultado negativo (-43,2%); abaixo do desempenho alcançado pelo segmento no plano nacional (-38,8%). De forma análoga, é fortemente negativo o desempenho do segmento de turismo nos estados do Ceará (-44,2%) e da Bahia (-41,8%). Como se vê, no segmento de prestação de serviços de turismo a retração continua extremamente intensa em todos os quatro territórios considerados na análise.

**Gráfico 12. Brasil, PE, BA e CE: taxa (%) de variação mensal e acumulada do volume de Atividades Turísticas – agosto/2020 (base: mesmo período do ano anterior)**



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi

Conforme assinalado ao longo do Boletim, as variações negativas do volume de vendas no comércio varejista (indicador acumulado no ano) mantêm-se significativas, e mais ainda na prestação de serviços, principalmente no segmento de turismo. Nota-se, contudo, expressiva melhoria no varejo nos meses de julho e agosto, com destaque para Pernambuco, explicado por compras, pós-flexibilização do isolamento social, associadas a satisfação de demanda reprimida quando da fase mais restritiva do período da pandemia. Reitere-se, ademais, que contribui decisivamente para esse movimento o consumo impulsionado pelo auxílio emergencial, dirigido a desempregados, trabalhadores informais, microempreendedores individuais, entre outros grupos focados por esse programa social de emergência. Todavia, enfatize-se que o processo de recuperação da economia brasileira será lento, por conta do agravamento das contas públicas e por dificuldades políticas de realizar reformas estruturais relevantes. Ademais, há potencial de turbulência política, associada a um ambiente marcado pelo processo eleitoral em curso, em que as eleições municipais devem ser carregadas de temas com forte conotação nacional e já antecipando temáticas relacionadas com as eleições presidenciais de 2022.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup>Na verdade, no presente momento, o Brasil enfrenta uma conjuntura, para além do âmbito nacional, que encerra apreensão e muitos desafios. Ver, por exemplo, “Bolsa cai 4,2%, e dólar fecha a R\$ 5,75, maior valor desde 15 de maio, com Covid no exterior e tensão política no Brasil”. [https://oglobo.globo.com/economia/bolsa-cai-42-dolar-fecha-r-575-maior-valor-desde-15-de-maio-com-covid-no-exterior-tensao-politica-no-brasil-24716306?utm\\_source=notificacao-geral&utm\\_medium=notificacao-browser&utm\\_campaign=O%20Globo](https://oglobo.globo.com/economia/bolsa-cai-42-dolar-fecha-r-575-maior-valor-desde-15-de-maio-com-covid-no-exterior-tensao-politica-no-brasil-24716306?utm_source=notificacao-geral&utm_medium=notificacao-browser&utm_campaign=O%20Globo). Acesso em 29 10 2020.

### 3. SÍNTESE E PERSPECTIVAS

O panorama econômico brasileiro mais recente traz certo alívio, principalmente por conta do efeito positivo sobre o consumo das famílias, explicado pelo advento dos auxílios emergenciais de transferência de renda dirigidos a segmentos sociais mais vulneráveis, assim como pela oferta de crédito a empresas, em condições facilitadas. Claro que não se pode subestimar a tormenta que atingiu severamente uma economia já marcada por uma década caracterizada pela estagnação, recessão e lento crescimento. Afinal, como já antecipado na seção sobre a conjuntura nacional, deverá ser necessário maior esforço com o objetivo de ter uma trajetória sustentada de recuperação da economia brasileira. Não há dúvida que a crise ampliou-se e atinge grande intensidade. Ademais, o ambiente em termos de pandemia é ainda imprevisível, pois o vírus continua ativo e recorrente em diversas partes do mundo. O cenário é preocupante e desafiador, com possível retração de cerca de -5% do PIB em 2020 (Banco Central) – ou algo próximo de 6%, conforme o FMI. Em uma economia que já completa uma década de crise. Tais números permanecem refletindo o fato de que, apesar de severos impactos da crise sanitária, o efeito compensador do combate à pandemia (apoio a empresas e a segmentos sociais mais fortemente atingidos por perda de ocupação e de renda) continua arrefecendo o vigor da recessão – via sustentação do consumo das famílias. O impacto do auxílio-emergencial será reduzido à metade nos últimos três meses do ano. Ademais, deve-se ter em conta que essa linha emergencial de transferência de renda poderá ser encerrada depois de dezembro de 2020, o que anularia o efeito compensatório representado pela sustentação da capacidade de consumo das famílias.

Nesse contexto, os indicadores relativos ao volume de vendas, tanto do comércio varejista quanto do referente a prestação de serviços – especialmente turismo – revelam significativa retração provocada pela pandemia. Todavia, observa-se melhoria do desempenho do varejo nos últimos meses, movimento que ainda não se percebe no setor de prestação de serviços, tampouco em atividades do segmento de turismo. Ademais, a situação do mercado de trabalho é preocupante, com diminuição substancial de pessoas ocupadas e crescimento do desemprego. E, em que pese o saldo líquido, positivo, de empregos formais – em julho e agosto – o saldo negativo no resultado acumulado do ano, relativamente ao de igual período de 2019, é de mais de um milhão de pessoas. Portanto, os profundos impactos econômicos e sociais da recessão que ainda segue seu curso não devem ser subestimados.

Tal panorama econômico-social dá ideia de quanto desafiador será o esforço de recuperação do país. Ocorre que – considerando-se o usual padrão brasileiro de não se pensar no longo prazo – o momento atual é muito delicado para que um passo errado seja dado na busca da saída da presente crise. De fato, o Brasil não é um país que enfrenta a crise sanitária, social e econômica com a robustez estrutural das economias desenvolvidas. Trata-se de um país que carrega déficits anacrônicos (em habitação, saneamento, infraestrutura; esta última agravada nos últimos 20 anos) e preocupante atraso educacional que são marcas de nossa história. Em paralelo a tais anomalias, o país tem tradição de negligência fiscal.

É necessário, por outro lado, que se aproveitem – como parte dos fatores favoráveis à retomada da economia brasileira – o déficit de infraestrutura e a capacidade ociosa de diversos segmentos da indústria e dos serviços. Há que se atentar, todavia, para os limites e fragilidades do país no momento atual da crise mundial. O que se tem por fazer em infraestrutura é, potencialmente, fonte primordial de recuperação da economia – embora o mecanismo institucional de provimento de capital (público e privado, nacional ou externo) seja problema-chave no caso brasileiro. O setor público sozinho não poderia arcar com a tarefa, particularmente depois do esforço fiscal para combater a pandemia. A entrada de capitais externos (investimento estrangeiro direto e capitais dirigidos a aplicações financeiras) é elemento-chave, dada a recorrente necessidade de poupança externa. Contudo, trata-se de fator que vem sendo negativamente afetado por aspectos da governança, concernentes à questão do meio ambiente (com foco na Amazônia). O que era alerta passou a ser, recentemente, ameaça concreta. Países, grupos econômicos e agências internacionais sinalizam para redução da preferência por direcionamento, ao Brasil, de possíveis investimentos. Além disso, no âmbito doméstico, a percepção de risco com relação à dívida bruta brasileira, que deve alcançar 100% do PIB ao final de 2020, se reflete em tendência crescente de juros futuros, o que se associa ao encurtamento de prazos na rolagem da dívida pública.

Tais contingências fazem do ambiente de negócios um mix heterogêneo de fatores pró-crescimento e fatores de desestímulo ao investimento. De fato, como sempre enfatizado na série do Boletim Conjuntural Fecomércio, baixa taxa Selic, baixa inflação, considerável capacidade ociosa, e déficit de infraestrutura permanecem como fatores básicos favoráveis à retomada da economia. Mas, como mencionado, a trajetória recente de aceleração inflacionária preocupa – mesmo ainda em patamares relativamente baixos – e o declínio da taxa de investimento no Brasil, que deverá cair pela primeira vez desde os anos 80 – queda expressiva de 2,2% ao ano entre 2011 e 2020 –, conforme estudo da FGV mencionado neste Boletim. Ou seja, os obstáculos, sem dúvidas, serão significativos para uma recuperação sustentada da economia nacional. Portanto, não se deve subestimar a gravidade e o possível prolongamento, via impactos da pandemia, de um estado de crise que já completa uma década.

Nesse contexto, diminuem a possibilidade de captação de recursos privados, o que, por sua vez, depende de adequado arcabouço institucional e de governos que infundam credibilidade e confiança, em termos de capacidade de solvência fiscal e de garantia de segurança jurídica. Os aspectos que dizem respeito ao lado fiscal e a governança têm sido, historicamente, um elemento problemático e o país precisa avançar no provimento de melhor ambiente de negócios. Portanto, como tem se chamado a atenção na série de Boletins da Fecomércio, são elevados os desafios para que o país venha a enveredar, pós-pandemia, por uma rota segura e sustentada de recuperação da economia.

#### 4. BIBLIOGRAFIA

DEPARTAMENTO ECONÔMICO-BANCO CENTRAL DO BRASIL (DEPEC-BCB).  
**Índice de Atividade Econômica.** Agosto/2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.  
**Pesquisa Mensal do Comércio.** Agosto/2020.

**Pesquisa Mensal dos Serviços.** Agosto/2020.

**Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Julho/2020.

**Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor.** Setembro/2020.

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO-MINISTÉRIO DA ECONOMIA.  
**Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.** Agosto/2020.

### **EXPEDIENTE FECOMÉRCIO-PE**

Presidente: Bernardo Peixoto  
Economista: Rafael Ramos  
Designer Gráfico: Nilo Monteiro

---

### **EXPEDIENTE CEPLAN-PE**

Osmil Galindo | Economista  
Ademilson Saraiva | Economista  
Roberto Alves | Estatístico  
Jorge Jatobá | Economista  
Tania Bacelar | Economista



Avenida Visconde de Suassuna, nº265,  
Santo Amaro, Recife-PE | CEP 50050-540  
Tel.: (81) 3231-5393 / 3231-6175  
[www.fecomercio-pe.com.br](http://www.fecomercio-pe.com.br)



 [fecomercio-pe.com.br](http://fecomercio-pe.com.br)

 [@fecomerciope](https://www.facebook.com/fecomerciope)